

Apresentação

Edemir de Carvalho
Carmem Silvia B. F. Carvalho (Org.)

Como citar: CARVALHO, E. de; CARVALHO, C. S. B. F. (org.). Apresentação *In*: CARVALHO, E. de; CARVALHO, C. S. B. F. (org.). **Práticas pedagógicas:** entre as teorias e metodologias, às necessidades educativas especiais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.13-18
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-309-0.p.13-18>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

O debate e as políticas implementadas sobre as práticas inclusivas tem reforçado e ampliado o papel da democracia na ampliação dos direitos civis. É a partir desse pressuposto que todas as práticas que reafirmam ou consolidam as políticas inclusivas tentam alcançar um reconhecimento das diferenças, esquecendo das desigualdades que ameaçam ruir qualquer boa intenção de romper as barreiras mais imediatas que persistem na construção de uma sociedade realmente democrática.

Conceitualmente, a exclusão social tem se constituído na definição das múltiplas formas pelas quais as desigualdades tem se expressado e, principalmente, estas manifestações tem ocorrido através de um conjunto de precariedades às quais grande parcela da população brasileira está submetida.

Quando se utiliza do “quase-conceito” exclusão social, invariavelmente, associamos ao seu antônimo, a inclusão social, revelando nesta associação uma brutal vilania deste quase conceito, cuja operacionalidade tem servido aos discursos políticos e, conseqüentemente às políticas e práticas de alcance restrito.

No Brasil a dicotomia exclusão/inclusão social não pode estar dissociada das desigualdades que marcadamente atingem os mais miseráveis. Em que pese a busca em fazer com que as práticas inclusivas sejam universais no mais amplo sentido, ou seja, a inclusão não é para ser focada apenas nos segmentos miseráveis é uma conquista, também, daqueles que podemos

denominar de não miseráveis e sim diferentes. Mesmo assim, se queremos alcançar um patamar mínimo de mitigação destas desigualdades teremos de levar em conta as importantes características das condições de vida da imensa maioria da população.

Estas afirmações apontam para um dilema a ser resolvido, antes mesmo de discutirmos a inclusão: entender a exclusão social como uma expressão explícita das desigualdades sociais.

Então, cabe perguntar: qual o papel das políticas e práticas inclusivas como concretização das garantias de participação efetiva na vida social, de desenvolvimento humano dos grupos sociais?

Em poucas palavras, as políticas inclusivas tem um papel de fundamental importância na consolidação dos direitos universais e, principalmente, na ampliação da cidadania, colocando a bom termo a discussão sobre os equívocos históricos.

Ao colocar as desigualdades sociais, no centro do debate, apoiando-se no que passamos a denominar de exclusão social, remete-nos ao grande “mal estar” da exigência de repensarmos as possibilidades da construção de temas tão caros para a nossa sobrevivência em sociedade. É nesse contexto que as práticas da inclusivas intentam, modestamente, dentro das suas limitações regionais e locais, trabalhar na esfera da constituição do espaço público, interpondo o discurso dos diversos segmentos sociais ao realizado pelo poder local. Este posicionamento revela de imediato quem deve ser o protagonista do debate, obviamente que nós estamos nos referindo aos subalternos, em outras palavras, aos excluídos socialmente.

A principal característica da elaboração dos resultados propostos por um projeto político como é o de implementação de práticas inclusivas, reside no fato de que ele sempre será um trabalho inconcluso, por dois aspectos que o faz dinâmico e requerente de inovações e aperfeiçoamento: em primeiro lugar ele necessita de ser constantemente abastecido com novos dados e tecnologias e, em segundo lugar, o aspecto mais importante, a participação dos cidadãos na própria reelaboração das práticas.

A primeira versão deste projeto político deve estar pautado por atividades apoiadas na perspectiva de ampliar o debate e as práticas que privilegiassem temas muito próximos como democracia, direitos

universais, cidadania e espaço público. Pois, sem esta expectativa não haverá possibilidade do poder local inovar na criação de políticas públicas inventivas e de largo alcance popular.

Portanto, o campo político no qual se insere estas práticas está permeado por questões de profunda significância para a sociedade contemporânea, onde os fundamentos do mundo moderno são continuamente revisados. Contudo, temas correlatos como a exclusão social, a pobreza e, conseqüentemente, as persistentes desigualdades continuam a ocupar posições privilegiadas no debate aberto pela iniquidade tão visível e, ao mesmo tempo, posta ao nível de segundo plano das práticas mais democráticas, como já foi dito.

Dentro dessa perspectiva é mais prudente que a mensuração das condições de privação socioeconômica tendem a levar em consideração principalmente a problemática das políticas públicas, especialmente àquelas voltadas para a satisfação das demandas sociais.

As práticas inclusivas configuram-se como um marco no rompimento das tradicionais formas de se fazer políticas públicas no município, na medida em que for paulatinamente incorporado às práticas sociais da população, teremos mais chances do surgimento de inovações que poderão emergir das deliberações orientadas diretamente dos interesses dos segmentos sociais mais interessados nas políticas públicas orientadas para a satisfação das suas demandas.

O que se propõe é que se reconheça as práticas inclusivas como a base imprescindível para que as políticas obtenham o êxito. O equívoco é continuarmos pensando que a lei pode modificar alguma situação ou condição, pelo contrário, são as situações e condições desenvolvidas pelas práticas que vão realmente influenciar as políticas e, principalmente, criar um ambiente cultural mais interessante.

Quando tomamos a educação e o seu ambiente mais particular, a escola, verificamos que o debate já está presente de forma abrangente e de modo transversal, excepcionalmente atravessado pela “Declaração de Salamanca, resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial, a inclusão tanto social como educacional é um direito inquestionável, pois vai de encontro com o objetivo maior que

é o respeito aos direitos humanos, buscando a educação para todos. No bojo do ideal de “Educação para Todos” as propostas de educação inclusiva sugerem um espaço que integre a educação especial e educação regular, e nesse espaço deverão estar todos os alunos com ou sem deficiência. Todas as crianças deverão aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade que possam ter”, conforme preconizado o artigo de Regina Salzgeber Silva e Ana Paula Santana (ver p.29)

Assim, as práticas inclusivas vencem qualquer barreira que possam intervir alterar os objetivos das políticas inclusivas. Por estes motivos que o papel das educadoras e de todos envolvidos com educação se torna cada vez mais importante para a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Neste segundo volume os capítulos apresentam em sua maioria objetos de estudos que estão envolvidos com as práticas pedagógicas inclusivas, sempre se reportando ou se respaldando em teorias e metodologias de ensino. Em outros capítulos, o debate com as políticas orientadoras das práticas inclusivas ou de suas conjunturas particulares, em cada escola.

Desse modo, os capítulos estão assim apresentados, nos seus nove capítulos:

O capítulo 1. A influência da ludicidade na aquisição da aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais nas séries iniciais, de Dori O an Regina Batista Simões Primo e Ademar Simões da Motta Junior, expõem suas ideias a partir de que tem “..como objetivo investigar a importância da inserção da ludicidade no processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental I, ressaltando a relevância da mediação dos professores em sala de aula como agentes construtores e facilitadores da aprendizagem, e a urgência da resignificação das suas práticas pedagógicas.”(ver resumo).

O capítulo 2. Intérprete de libras na inclusão do surdo, de Regina Salzgeber Silva e

Ana Paula Santana, resumem seus estudos e pesquisas na perspectiva de que “a educação promove o acúmulo de conhecimentos, acesso a bens culturais, educação e crescimento profissional. Esses indicativos reforçam a idéia de que a inclusão do aluno surdo e a presença de um intérprete de

língua de sinais em sala de aula assumem uma relevância cada vez maior no processo de aprendizado. Pretende-se, com este estudo, refletir sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo”.(ver resumo).

O capítulo 3. Um breve estudo sobre as práticas pedagógicas e a inclusão escolar dos alunos com deficiência que participam do AEE, de Rosilene da Costa Bezerra Ramos e

Fabiana Silva Fernandes, apresentam um estudo de práticas pedagógicas com o interesse em “em compreender como os autores da área educacional abordam o tema das práticas pedagógicas para a efetivação da inclusão escolar dos alunos com deficiência que participam do Atendimento Educacional Especializado”(ver resumo).

O capítulo 4. A aprendizagem da leitura dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental, de Camila Pereira Rodrigues e Inaiara Bartol Rodrigues tem como perspectiva em “promover uma discussão a respeito do processo de ensino-aprendizagem do desenvolvimento da competência leitora de alunos com deficiência intelectual. Através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa o presente trabalho visa contribuir com algumas indagações e apontamentos para o debate e subsídio de práticas que atendam à formação de leitores autônomos e participativos na sociedade”.(ver resumo).

O capítulo 5. O uso da metodologia lúdica na alfabetização de crianças com deficiência intelectual, de Ligia Ester Lange Seberino e Jáima Pinheiro de Oliveira faz um estudo com um foco particular metodológico e assim “discutir a contribuição da metodologia lúdica no trabalho de alfabetização de crianças com deficiência intelectual. Partimos do pressuposto de que o uso de jogos e brincadeiras, no dia a dia, da sala de aula, favorece o desenvolvimento e conseqüentemente a alfabetização. A importância do lúdico no desenvolvimento infantil tem sido destacada por teóricos e pesquisadores, já que a mesma proporciona muitas formas de conduzir a criança a uma aprendizagem significativa, motivadora e cooperativa.”(ver resumo).

O capítulo 6. Um novo olhar sobre aluno com múltiplas deficiências: um longo caminho a percorrer, de Andréa Cargnin e Noêmia

Ramos Vieira, cuja pesquisa centrou no “estudo sobre um aluno com múltipla deficiência a fim de contribuir para uma educação inclusiva que verdadeiramente possa proporcionar oportunidades para o seu pleno desenvolvimento, sua integração e participação em seu grupo social (família, escola, comunidade), propondo-lhe maior grau de independência e autonomia em suas atividades e na aquisição de conhecimentos gerais.” (ver resumo).

O capítulo 7. Práticas de leitura e Escrita com alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental: construindo reflexões inclusivas, de Alexandro Braga Vieira e Renata Barbosa Vicente aborda as práticas a partir da ideia de que ” as práticas de leitura e de escrita desenvolvidas com alunos com deficiência intelectual matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.” (ver resumo).

O capítulo 8. A formação continuada de professores no processo de inclusão escolar: o desafio da coordenação pedagógica de Susanna Artonov e Alexandre de Castro propõe, como foco a formação continuada, assim pesquisada, “A Educação Inclusiva é hoje, no Brasil, um desafio da sociedade e, por consequência, da escola que tem por objetivo promover o diálogo entre saberes diferenciados, articulando políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências com a práxis cotidiana.” (ver resumo).

O capítulo 9. Alfabetização e letramento: concepções de professores e práticas metodológicas de Carla Monteiro Marques e Sérgio Luiz Cruz Aguilar propõe um estudo com duas faces: a alfabetização e letramento, cujo resultado foi buscado através da “reflexão sobre a leitura e a escrita numa perspectiva de letramento e tem como objetivo compreender as concepções dos professores sobre leitor e escritor, identificando que práticas metodológicas para ensino da leitura e escrita derivam dessas concepções.” (ver resumo).